

# GRAMÁTICA NORMATIVA: ENSINO, CONSCIÊNCIA E LIBERDADE

## NORMATIVE GRAMMAR: TEACHING, CONSCIOUSNESS AND FREEDOM

Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Universidade Presbiteriana Mackenzie  
ippucsp@pucsp.br

Regina Pires de Brito  
Universidade Presbiteriana Mackenzie  
rhbrito@mackenzie.br

### RESUMO:

A partir da afirmativa de que há sempre um poder instalado pela língua, o poder da língua, o poder de quem é usuário da língua, buscamos refletir sobre a posição de Evanildo Bechara que traz esse conceito em sua obra: *Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade?* (Ática, Série Princípios, 12ª. Edição, 2006 – edição aqui utilizada para as citações) – obra de leitura indispensável em nossos cursos de Graduação em Letras. Salientamos a pertinência, a atualidade e as sucessivas reedições dessa obra, para afirmar que, passados mais de trinta anos da sua primeira edição, o texto do filólogo, linguista, professor, vem sendo reeditado tal qual veio a público em 1986 e tem levado gerações de leitores a questionamentos e a reflexões sobre gramática normativa, sua função na sala de aula e na conquista da cidadania e sobre a importância de uma aplicação consciente das teorias linguísticas no ensino de Língua Portuguesa.

### PALAVRAS-CHAVE:

gramática normativa, ensino, Evanildo Bechara

### ABSTRACT:

Starting from the affirmation that there is always a relation of power established by language, the power of language, the power of the language user, the objective of this work was to reflect on Evanildo Bechara's positioning which presents this idea in the book: "Ensino de Gramática: Opressão? Liberdade?" (Ática, Série Princípios, 12th Edition - edition chosen for citing) - an indispensable read for our undergraduate major in Letters. Emphasis is given here to its pertinence, up-to-dateness, and successive re-publishing in order to state that, after more than thirty years of its original publication,

the text of the philologist, linguist and professor has been republished just as it was first presented to the public in 1968, and has taken generations of readers to questioning and reflecting on normative grammar, its function in the classroom and the achievement of citizenship, and on the importance of a conscientious application of linguistic theories in the teaching of the Portuguese language.

KEY WORDS:

Normative grammar, Education, Evanildo Bechara.

Em homenagem a Evanildo Bechara  
Por ocasião dos seus 90 anos

Há sempre um poder instalado pela língua, o poder da língua, o poder de quem é usuário da língua. Esse poder esteve, está e sempre estará presente na obra de Evanildo Bechara – Professor Titular e Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, Representante Brasileiro do Novo Acordo Ortográfico, Membro da Academia Brasileira de Letras. Professor Evanildo ou Professor Bechara, como carinhosa e respeitosa-mente o tratamos, é, além de um dos mais reverenciados estudiosos da Língua Portuguesa, autor de obras de essenciais, como: *Moderna Gramática Portuguesa* (Nova Fronteira/Lucerna, 38ª.Edição, 2015), *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* (Nova Fronteira, 2ª. Edição, 2010), *Gramática Fácil da Língua Portuguesa* (Nova Fronteira, 2017), *Novo Dicionário de Dúvidas da Língua Portuguesa* (Nova Fronteira, 2016), *Minidicionário da Língua Portuguesa* (Nova Fronteira, 2009) *Lições de Português pela Análise Sintática* (Nova Fronteira, 19ª.Edição, 2014). No presente artigo, tratamos de alguns aspectos de *Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade?* (Ática, Série Princípios, 12ª. Edição, 2006 – edição aqui utilizada para as citações) – obra de leitura indispensável em nossos cursos de Graduação em Letras.

Acrescentamos, ainda, que homenagear os noventa anos do grande linguista Evanildo Bechara, traz-nos, neste momento uma significativa relação de amizade e admiração mútua entre o nosso homenageado e nós, suas seguidoras. Sua presença, sempre carismática, mostra-nos a competência e a magnitude de um gramático da Língua Portuguesa que fez sua história como maior representante da Gramática Portuguesa.

Como quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, nosso eterno professor sempre se dedicou ao magistério, sendo Bacharel

e Licenciado em Letras, modalidade Neolatinas. Assim, estar a seu lado, “absorvendo” seus conhecimentos filológicos, linguísticos, gramaticais e de natureza vária, é sempre prazeroso, por termos o verdadeiro mestre a mostrar a sua mais nobre vocação.

Pesquisador excelente, na juventude teve o primeiro contato com o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da Língua Portuguesa, o que lhe propiciou ingressar pelas trilhas da pesquisa na área de Letras. Ainda jovem, em 1954, torna-se professor do Colégio Pedro II, na cátedra de Língua Portuguesa, sem nunca mais parar de estudar a língua materna que descreveu, louvou, promoveu e difundiu.

Professor competente, dedicou-se aos vários níveis de ensino: admissão ao ginásio, ginásio, colégio, faculdade: graduação e pós-graduação, deixando, em todo o seu percurso, discípulos que só tecem elogios ao mestre. Nunca deixou de se aperfeiçoar, especializando-se como gramático, como linguista, sem abandonar a sua faceta de professor. Elaborou manuais didáticos e publicou-os; dedicou-se aos parâmetros curriculares da cidade do Rio de Janeiro, traçou-os; decidiu-se a deixar uma gramática para os brasileiros – estudantes e interessados em língua exemplar, publicou-a. Assim, estudantes de todas as décadas, de 1960 até hoje consultam-na. E os colegas: professores, linguistas, também o fazem.

Antes mesmo de iniciar nosso comentário sobre a obra em tela, mencionamos Preti (In Bastos, 2008, p. 49), que comenta a sempre atualidade de Evanildo Bechara ao afirmar que :

Não existe em Bechara, diferentemente da maioria dos gramáticos, uma atitude de oposição à língua oral, muito embora procure resguardar no seu texto a unidade dos preceitos gramaticais, com base na língua exemplar. Seria difícil, convenhamos, a uma gramática normativa tentar mostrar as variantes orais no tempo e no espaço e, muito mais, nos usos sob uma perspectiva sociocultural ou, ainda, estilística, para mostrar a oposição à forma exemplar. Mas procura não ignorar em várias observações do texto a existência de divergências no uso oral da língua. Assim, tratando de concordância, capítulo em que as exceções remetem de imediato a um uso por vezes divergente das prescrições da gramática, explica:

É preciso estar atento a que a liberdade de concordância que a língua portuguesa muitas vezes oferece, deve ser cuidadosamente aproveitada para não prejudicar a clareza da mensagem e a harmonia do estilo.

Na língua oral, em que o fluxo do pensamento corre mais rápido que a formulação e estruturação da oração, é muito comum enunciar primeiro o verbo – elemento fulcral da atividade comunicativa – para depois se seguirem os outros termos oracionais. Nestas circunstâncias, o falante costuma enunciar o verbo no singular, porque ainda não pensou no sujeito a quem atribuirá a função predicativa contida no verbo; se o sujeito, neste momento, for pensado como pluralidade, os casos de discordância são freqüentes. (p.544)

Sua dedicação aos estudos filológicos, linguísticos e gramaticais e sua atenção ao magistério que o consagrou da mesma forma, numa interação professor aluno por meio de sua obra, leva-nos mais uma vez a elogiar o Professor Evanildo, o que é sempre uma tarefa boa e fácil, pois há inúmeras qualidades a serem levantadas, no entanto, desejamos apenas apresentar importantes registros sobre o nosso querido homenageado. E ele afirma:

Recebendo o aluno já possuidor de um saber linguístico prévio limitado à oralidade, a escola não o leva a desenvolver esse potencial – enriquecendo a sua expressão oral e permitindo-lhe criar, paralelamente, as condições necessárias para uma tradução cabal, efetiva e eficiente, expressiva e coerente (falando ou escrevendo) de suas ideias, pensamentos e emoções. (p.5)

Assim sendo, haverá *opressão* em “impor”, indistintamente, tanto a língua funcional da modalidade culta a todas as situações de uso da linguagem, como a língua funcional da modalidade familiar ou coloquial, nas mesmas circunstâncias, a todas as situações de uso da linguagem, pois que ambas as atitudes não recobrem a complexa e rica visão da língua como fator de manifestação da liberdade de expressão do homem. Por outro lado, haverá “liberdade” quando se entender que uma língua histórica não é um sistema homogêneo e unitário, mas um diassistema, que abarca diversas realidades diatópicas (isto é, a diversidade de dialetos regionais), diastráticas (isto é, a diversidade de nível social) e diafásicas (isto é, a diversidade de estilos de língua), e que cada porção da comunidade linguística realmente possui de direito sua língua funcional, que resulta de uma técnica histórica específica. (p.14-5)

O ensino dessa gramática escolar, normativa, é válido, como o ensino de uma modalidade “adquirida”, que vem juntar-se (não contrapor-se imperativamente!) a outra, “transmitida”, a modalidade coloquial ou familiar. (p.16-7)

Pretendemos pôr nos devidos termos a tese de que o professor, sob a alegação de falar a língua do seu aluno, mais facilmente se aproxima dele e do seu mundo. A atitude permanente para que se instaure em sala de aula aquilo a que podemos bem chamar de “mesmice idiomática”, onde o mestre fala a língua do aluno por lhe faltar competência para utilização de um nível mais adequado com os seus compromissos de educador. Também com isso não desejamos que retorne à sala de aula aquele professor de palavras difíceis e retórica vazia. (p.46)

Mas é claro que a gramática não se confunde com a linguística, tendo em vista os próprios objetivos de cada uma. Enquanto a primeira, normativa, registra o uso idiomático da modalidade-padrão, a segunda, como ciência, estuda a linguagem articulada nos seus polifacetados aspectos e realizações. (p.50)

Considerações como estas garantem a pertinência, a atualidade e as sucessivas reedições de *Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade?* Não é por acaso que passados mais de trinta anos da sua primeira edição, o texto do linguista e filólogo Evanildo Bechara vem sendo reeditado tal qual veio a público em 1986. São 12 edições e diversas reimpressões do volume (o número 26) de quase oitenta páginas, da Série Princípios, publicado pela Editora Ática, que tem levado gerações de leitores a questionamentos e a reflexões sobre gramática normativa, sua função na sala de aula e na conquista da cidadania e sobre a importância de uma aplicação consciente das teorias linguísticas no ensino de Língua Portuguesa.

Refletindo acerca da importância da introdução da Linguística no ambiente escolarizado, Bechara assinala que se, por um lado são inegáveis as contribuições da aplicação da Linguística para o processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa, por outro lado, as muitas distorções na interpretação de algumas teorias linguísticas provocaram resultados desastrosos nas salas de aula já nos anos 60:

[...] vieram pela porta da própria Linguística e se instalaram nas salas de aula de língua portuguesa esse privilegiamento do código oral em relação ao escrito e certa desatenção a normas estabelecidas pela tradição e conservadas ou recomendadas no uso do código escrito padrão.

Por isso, assistiu-se entre nós, na década de 60, a um insurgimento contra ao ensino da gramática em sala de aula; em vez de dotá-la de recursos e medidas

que a tornassem um instrumento operativo e de maior resistência às críticas que justamente lhe eram endereçadas desde há séculos, resolveram muitos professores e até sistemas estaduais de ensino aboli-la, sem que trouxessem, à sala de aula, nenhum outro sucedâneo que, apesar das falhas, pudesse sustentar-se pelo espaço curto de uma única geração. (p. 10-1).

Nessa mesma linha, numa errônea interpretação da finalidade de uma educação linguística, difundiu-se que uma relação direta entre modalidade padrão / elite social e modalidade coloquial / camada popular, significando (e muitos ainda sustentam essa tese pautada em demagogia) que “devem os oprimidos ficar com sua própria língua e não aceitar a da classe dominante” (p.11). Fora de contexto tal afirmação muito bem contestada pelo Prof. Bechara, uma vez que se se considerarem as relações de poder presentes na sociedade, não se pode deixar de perceber que os dominadores mais tacanhos, claramente menos envolvidos com as camadas populares, querem subjugar os dominados por meio do ensino de Língua Portuguesa apenas na modalidade do aluno. E é assim que se nota a crueldade de opiniões desvairadas, muito bem contestada pela réplica a esse tipo de pensamento que é a tônica que perpassa o texto do Prof. Bechara: a escola deve promover no indivíduo o desenvolvimento de diferentes habilidades linguísticas, proporcionando o contato com diferentes tipos de textos (literários e não-literários, clássicos e contemporâneos), com modalidades distintas (formal/culta, informal/coloquial), com usos dos códigos oral e escrito, de modo a tornar o aluno competente linguisticamente nas variadas situações reais de interação social. Privilegiar quaisquer das variedades no ensino escolar configura um erro, já que representa uma visão de natureza monolíngue. Em outras palavras, aqui está o ponto chave que, em certa medida, responde à indagação que intitula a obra: uma educação linguística significativa é aquela que

põe em relevo a necessidade de que deve ser respeitado o saber linguístico prévio de cada um, garantindo-lhe o curso da intercomunicação social, mas também não lhe furta o direito de ampliar, enriquecer e variar esse patrimônio inicial. (p.12)

Em seguida, repetindo-se em instâncias distintas ao longo dos cinco capítulos que compõem a obra, Bechara deixa o mote maior, como resposta ecoante ao título questionador e que acabou por ser das citações mais reproduzidas quando a este livro se alude:

**Cada falante é um poliglota na sua própria língua**, à medida que dispõe da sua modalidade linguística e está à altura de descodificar mais algumas outras modalidades linguísticas com as quais entra em contacto. (p.13-4) (grifos nossos)

No fundo, a grande missão do professor de língua materna – no ensino de língua estrangeira o problema é outro – é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação [...] (p.14) (grifos nossos)

Não cabe à instituição de ensino a simples substituição da norma coloquial usada na língua funcional do aluno pela norma culta usada na língua funcional da escola. Como já se disse, caberá ao professor e à escola como um todo **transformar o aluno num poliglota dentro de sua própria língua histórica** – a portuguesa, em nosso caso. (p.40) (grifos nossos)

Caberá à gramática normativa, levando-se em conta a política do idioma a ser adotada na escola, precisar que técnica linguística unitária e homogênea deverá descrever em especial. Dizemos em especial, porque o que em geral ocorre é que **todo falante, dentro de sua língua histórica, é “plurilíngue” ou “poliglota”**, isto é, ao lado de uma técnica que considera normal como sua, consegue distinguir “desvios” dessa técnica, que pertencem a outras línguas funcionais existentes na referida língua histórica considerada em sua plenitude. (p.55-6) (grifos nossos)

É assim que Evanildo Bechara, já nos anos 80 do século passado, trata da educação linguística, centrada na língua e não na linguagem – tema que continua atual, sendo objeto de pesquisas, teses, livros, artigos e temário de congressos. Críticas relativas ao ‘saber português’ ou ‘saber gramática’, duas capacidades dessemelhantes, ainda que extremamente associadas originam revisões nos procedimentos teóricos e normativos, sobretudo na análise do ensino de Língua Portuguesa relativo às regras ou ao uso, à norma e as variações, à gramática implícita ou explícita.

Evanildo Bechara, já naquela altura, reflete com clareza sobre os critérios de uma renovação estratégica, na qual o ensino gramatical pudesse ser interpretado numa perspectiva global e em que as funções da linguagem, (especialmente na perspectiva proveniente do grupo de Basil Bernstein, nomeadamente as propostas por M.A.K.Halliday), fossem cumpridas por completo e concomitantemente, tendo em mente a evolução global do educando, a fim de torná-lo

um poliglota dentro de sua própria língua histórica, a língua portuguesa (p.41). As sete funções da linguagem a que Bechara se refere (instrumental, reguladora, interativa ou interpessoal, pessoal, heurística, imaginativa, informativa ou representativa), como igualmente imprescindíveis na comunicação humana, e que, interligadas, são elementos que se completam no processo comunicativo, foram descritas por Halliday (1973), que as elaborou no início dos anos 70, baseado nas características de aquisição da primeira língua pelas crianças. São essas funções da língua que, vistas à luz de seu *significado cultural pragmático*, nos fazem compreender os princípios de cooperação que operam entre o falante e o ouvinte num relacionamento linguístico, pois, além do significado literal, elementos da situação e a intenção que o locutor teve ao proferir tais palavras são subsídios de importância capital.

Em se tratando de cultura, julgamos ter sido sempre apropriado o estabelecimento de uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, respeitando-se as individualidades regionais, a liberdade e a democracia no ensino, principalmente de Língua Materna, e nosso autor nos dá a possibilidade de perceber não só a preocupação perene em manter a cultura brasileira, como também o desgosto de perceber que, há tempos, existe o efeito desastroso dos governos democráticos no ensino. Ponderamos que, se levarmos em conta que a escola democrática tornou-se a escola sem rédeas, quase sem lei que a governe, devemos lembrar que se esqueceram da regra n. 1: a escola tem o dever de formar e informar.

A esse respeito, rememoremos o fato de que a escola, a partir da década de sessenta ou setenta, apesar de sugerir os livros serem adotados, não incentivou o professor a utilizar este ou aquele livro; em teoria, essa medida mais liberal, só funciona no momento em que o mestre de Português seja consciencioso e competente, assim sua escolha seria, então, bem mais democrática, podendo adequá-la ao nível e interesse de cada classe ou série, respeitando-se as individualidades e as dificuldades. No entanto, sabemos que a liberdade leva, às vezes, à anarquia e ao desequilíbrio entre as várias turmas de uma mesma série. Quando, por lei, exige-se o mínimo dos alunos, dos professores e dos dirigentes das escolas, nivela-se o país, por baixo e a escola passa a não mais cumprir o seu papel diferenciador. As LDB primaram pela descentralização e democratização (ensino pelas individualidades), o que gerou um clima de *cada um faz o que acha melhor*, o que, do ponto de vista pedagógico-educacional é nocivo ao aluno, às comunidades,

à nação. O necessário direcionamento levaria tranquilidade aos professores no momento de sua atuação, ensinando as variedades linguísticas inseridas na rica multifacetada cultura brasileira, o que lhes proporcionaria fazer o seu melhor na direção do que foi apontado por Bechara.

No subitem “*Pela eficácia da mensagem*”, Bechara discorre sobre a ação corretiva num ambiente escolar, que deve ser entendida não como “a procura do erro de gramática e a correção dele, mas sim um exame da eficácia com que foi estruturada a mensagem” (p.47). Cometer um erro gramatical passa a ser de somenos importância se comparado à seriedade da necessidade de compreensão da intenção da ideia a ser transmitida:

Torna-se necessário ajudá-la [a criança] a encontrar as palavras que lhe faltavam para conseguir na transmissão do que estava comunicando e colocá-la em condições de não se deixar influenciar ou perturbar pelos distúrbios que condicionam a execução (p.47).

Com considerações dessa natureza, o professor Bechara antecipa temáticas relevantes dos anos 90 a propósito do significado cultural pragmático, percebido em trocas verbais, do significado socioideológico que deve ser observado pelo cidadão usuário da língua e do significado semântico do signo verbal que deve ser suplementado pelo significado pragmático das ações verbais num contexto, uma vez que o significado é criado, principalmente, por meio do que o locutor faz com as palavras, diante de um interlocutor, em uma situação determinada, e não somente por meio daquilo que ele diz.

Mais adiante, observa Bechara que a escola deveria desenvolver no educando a ideia de que “a língua, além de ser um veículo de expressão e criatividade, é também um instrumento de comunicação” (p.48). Acrescente-se, igualmente, a noção da importância da língua, entendida como um código, isto é, como elemento que reflete as preocupações culturais, como espelho do modo como os indivíduos pensam. É igualmente importante o papel do contexto, que complementa os significados que foram convertidos em códigos. Quando se aprende uma língua com fins comunicativos, conseqüentemente, depreende-se que o conhecimento léxico-gramatical não está dissociado do uso situacional adequado, entendendo-se que a importância de *o que dizer, como dizer, quando dizer e a quem dizer*, só poderá ser percebida num contexto específico de situação.

Corroborando com a explanação de Bechara que “cada um, diante de uma mensagem que capta, a percebe e a filtra consoante o seu interesse permanente ou ocasional” (p.48), é imperativo lembrar que não é suficiente aprender o significado isolado das palavras. Para construir o significado e a interpretação dos acontecimentos, é necessário entender também os contextos cultural, político e situacional.

Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade? Prima ao conceber um ensino que enfatize a gramática, voltado para a língua e a linguagem, que procura entender sua influência, analisa seu funcionamento e a evolução de sua metodologia e contempla os fundamentos da gramaticalização discursiva, crítica e multilíngue. Além disso, deve ser um ensino que respeite os discursos teóricos e normativos dentro de uma diversidade de representações subjetivas, visando à formação e ao aperfeiçoamento das diversas competências linguísticas.

Nesse sentido, ao se olhar para a linguagem escrita como um produto interativo, entende-se que o sistema educacional tem um papel importante em estabelecer os parâmetros sociais aceitos e em definir o que é apropriado dentro de seus limites. Há de se destacar, deste modo, o papel fundamental do professor de língua materna, que lhe atribui Bechara - ele é não só responsável por ser didático e normativo, mas também formador de cidadãos engajados em sua sociedade, capazes de entender todas as falas ao seu redor, podendo criticá-las e aceita-las ou, se preferir, rejeitá-las. Na educação do país, “o destino da educação se confunde com o próprio destino dessa mesma sociedade” (p.23) e a cultura integral dos educandos só será alcançada se todas as disciplinas perseguirem os mesmos objetivos e estiverem atrelados a uma política de educação linguística ampla.

Destaque-se a aula de língua portuguesa como um ambiente ideal para o recebimento de informações variadas veiculadas nos textos literários e não literários, das mais variadas épocas e origens. Por meio da análise, da leitura reflexiva e da produção de textos, o aluno poderá desenvolver e aperfeiçoar suas potencialidades linguísticas e sua consciência estética, ética e política. Ao mesmo tempo, o estudo metódico do vocabulário, não presente na concepção tradicional de gramática, desenvolverá o horizonte idiomático do aprendiz, ampliando, igualmente o conhecimento reflexivo do mundo que o cerca, conforme garante o nosso mestre: “O contato com uma língua nos permite observar numerosos fatos de origem extralinguísticas que atuam nas relações entre palavras e coisas, língua e pensamento”. (p. 26)

O panorama cultural do aluno será ampliado na medida em que o estudo do vocabulário relacionar a língua portuguesa com outras áreas do saber e fizer com que ele tome gosto pela busca da palavra mais expressiva (p.29) e o leve à educação linguística necessária ao uso efetivo do seu potencial idiomático. Além disso, ao estudar cuidadosamente o léxico, o aluno perceberá a estreita relação que existe entre as palavras e as coisas e quão inseparáveis são. A completude desse ensino se dá na medida em que a escola ensine a estratégia do ouvir relativa à “uma atitude de seleção e hierarquização dos aspectos substantivos e adjetivos da mensagem”, assim como enfatize a do “saber avaliar os procedimentos de argumentação da pessoa com que falam”, o mesmo acontecendo com a atitude do ler e do escrever (p.48).

A natureza humana simplesmente não existe independentemente da cultura, já que somos animais incompletos ou inacabados “que só se completam ou se aperfeiçoam por meio da cultura – e não por meio da cultura em geral, mas por meio de formas altamente particulares dela” (Geertz 1973: 49). A linguagem do homem não é universal ou individual; cada língua tem suas raízes numa cultura específica, não importando tratar-se de línguas nacionais, de suas variedades, ou de seus dialetos. Deste modo, cada indivíduo se torna um dos muitos elementos que integram os diversos meios de comunicação de determinada cultura e língua, assim como é um mediador da construção linguística e social da realidade, além disso, é responsável pela interpretação e negociação do mundo que o cerca.

Nesse aspecto, as palavras do grande filólogo também continuam válidas: as pesquisas da linguagem nos revelam uma íntima relação entre língua e cultura (p. 24-8). Deste modo, é fundamental entender que o estudo da língua com foco no aprendizado da cultura remete à ideia de que a língua é o indicador mais sensível da relação entre o indivíduo e determinado grupo social, pois a maneira como pensamos, como nos comportamos e, igualmente, como influenciados o comportamento dos outros está proximamente relacionada com a língua. Neste mesmo sentido é que, ainda hoje, diferentes estudiosos enfatizam que nosso senso de realidade pode ser resultado de uma construção de linguagem, ou, retomando Wittgenstein, de um ‘jogo de linguagem’. Na medida em que evolui culturalmente, e em que complexos mecanismos linguísticos e extralinguísticos operam diretamente nas relações entre língua e pensamento e nas relações entre palavras e coisas, o falante vai também expondo seu desenvolvimento, sua mudança de conceitos, percebidos nas transformações dos jogos de linguagem. As práticas linguísticas constituintes de uma rede ampla e complexa que se

cruza e entremeia, desvenda quadros referenciais que, em constante evolução, inspirarão o potencial linguístico.

A língua é o principal meio pelo qual conduzimos nossas vidas sociais, e quando usada em contextos de comunicação, está ligada à cultura de maneira múltipla e complexa. Assim sendo, quando se observa o texto cultural escrito, quer como um produto fixo, quer como um processo de inferência entre o texto e seus leitores, estabelece os parâmetros de sociabilidade aceitos entre os membros de determinada comunidade, desvendando uma vinculação natural entre a língua falada pelos membros de um grupo social e a identidade daquele grupo. A identidade do grupo, vista não como um fato natural, mas como uma percepção cultural, também evidencia que os indivíduos assumem diferentes identidades, em diferentes momentos, contrariando o axioma de “uma língua, uma cultura”, confirmando, no entanto, que todo falante “é ‘plurilíngue’ ou ‘poliglota’, e deve estar apto a ‘distinguir desvios’ que pertençam a diferentes outras línguas funcionais existentes na referida língua histórica considerada em sua plenitude” (p.56). Bechara é igualmente atual ao propor que, ao ser um poliglota na sua própria língua, o falante sabe “descodificar várias modalidades linguísticas com as quais entra em contato” (p.14), entendendo-se que o espaço contemporâneo pós-moderno (leia-se ‘espaço urbano’) é um verdadeiro estímulo para que novas identidades surjam, alcançadas por meio da combinação de elementos, resultantes de diversos encontros culturais, abrindo lugar, desta forma, para que todos também aceitemos e adotemos diversas variedades linguísticas.

Iniciamos este artigo destacando a atualidade da temática e do sério tratamento dado por Bechara. Certamente, grande parcela de universitários (e mesmo professores) dos Cursos de Letras tiveram (e nossa experiência didática revela que ainda têm), nessas páginas, seus primeiros encontros com expressões como “arquitetura da língua”, “competência linguística”, “descrição funcional”, “educação linguística”, “língua funcional”, “língua histórica”, “variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas”, “variedades sintópicas, sintrásticas e sinfásicas”, “saber linguístico”, “saber elocucional”... São questões que permanecem porque permanece a luta por um ensino democratizante, de fato. Num país caracterizado pela grandeza, muitos ainda são os entraves educacionais, decorrentes das mesmas crises (que não passam, mas que, contudo, se renovam) referidas pelo autor. É por isso que a obra se mantém, porque a questão ainda persiste no nosso Brasil do terceiro milênio: *Ensino de gramática: Opressão? Liberdade?*

- E agora, para terminar, retomemos o nosso tema inicial que é o saber, a norma culta na democratização do ensino. O que vem a ser isso? Vem a ser o seguinte. O professor deve convencer-se de que uma língua histórica (português, francês, espanhol), não é uma realidade homogênea e unitária; ela está dividida em várias línguas, de acordo com as variedades regionais, as variedades sociais e as variedades estilísticas.

Cada variedade dessas tem uma tradição linguística e essa tradição é um modo correto, é uma maneira de correção da linguagem. Agora, todas essas variedades linguísticas confluem na língua exemplar, que é a língua de cultura. Então, a língua exemplar não é nem correta, nem incorreta, porque correto na língua é o que está de acordo com uma tradição. Se existe, por exemplo, uma tradição coloquial que diz “chegar em casa”, esse é o padrão de correção na língua exemplar. Agora, o “chegar à casa” já é uma eleição cultural, que é exclusiva da língua exemplar.

De modo que quando os consultórios gramaticais dos nossos jornais falam: isto está certo, isto está errado - na realidade, não é isso. Cada modo de dizer tem o seu padrão de correção; entretanto, todos esses padrões convergem, por eleição, a uma forma exemplar. Essa forma exemplar é a forma que está na língua literária, quando o escritor sabe trabalhá-la artística, cultural e idiomáticamente.

Então, o que acontece? A democratização do ensino consiste em que o professor não acastele o seu aluno na língua culta, pensando que só a língua culta é a maneira que ele tem para se expressar; nem tampouco aquele professor populista que acha que a língua deve ser livre, e portanto, o aluno deve falar a língua gostosa e saborosa do povo, como dizia Manuel Bandeira. Não, o professor deve fazer com que o aluno aprenda o maior número de usos possíveis, e que o aluno saiba escolher e saiba eleger as formas exemplares para os momentos de maior necessidade, em que ele tenha que se expressar com responsabilidade cultural, política, social, artística etc.

E isso fazendo, o professor transforma o aluno num poliglota dentro da sua própria língua. Como, de manhã, a pessoa abre o seu guarda-roupa para escolher a roupa adequada aos momentos sociais que ela vai enfrentar durante o dia, assim também, deve existir, na educação linguística, um guarda-roupa linguístico, em que o aluno saiba escolher as modalidades adequadas a falar com gíria, a falar popularmente, a saber entender um colega que veio do Norte ou que veio do Sul,

com os seus falares locais, e que saiba também, nos momentos solenes, usar essa língua exemplar, que é o patrimônio da nossa cultura e que é o grande baluarte que esta Academia defende.

Este é o trecho final de uma conferência proferida pelo Acadêmico Evanildo Bechara em 04/07/2000, na Academia Brasileira de Letras, no ciclo “A língua portuguesa em debate”. São explicações que o Professor Bechara não cansa de repetir e que reconstrói sempre, com a alegria e o respeito de quem tem prazer pelo ensino; com a mesma simplicidade de quem, de fato, sabe; com a mesma disposição com que há vinte anos respondeu à questão pela primeira vez.

A importância de um estudioso do quilate de Bechara é difícil de se mensurar. Especialmente quando se está preparando uma edição como esta, em tom festivo, num reconhecimento que se faz, felizmente, diretamente aos seus ouvidos e olhos. Talvez as palavras mais significativas que podemos deixar neste relato é a *vitalidade com sabedoria* que se vê no Professor Evanildo Bechara, no seu contato afetuoso com o público (os jovens e os já não tão jovens), nas suas palestras, nas suas entrevistas, na sua atuação como acadêmico. Bechara é homem do tempo – do outro e deste presente. As preocupações de suas obras, gramáticas ou não, refletem essa atualidade: Bechara é filólogo, mas também é linguista, porque por ela também se apaixonou e fez dela sua parceira dialogante nas incursões pelos meandros da linguagem.

E, finalizamos, asseverando que pudemos depreender aquilo de que já tínhamos certeza: Evanildo Bechara sempre foi professor, na mais profunda acepção da palavra, com todos os seus atributos preenchidos pela sua postura digna de mestre integral. Também foi pesquisador que colaborou com o crescimento dos estudos de Língua Portuguesa no Brasil. Além dessa integralidade professoral de ensino secundário, nosso mestre, como grande mestre que é dedicou-se também ao ensino superior formando professores de grande quilate por esse Brasil afora e, ainda, como professor-pesquisador, tem outra forma de exercer o magistério por meio de aulas, conferências e palestras em diversas universidades brasileiras e estrangeiras.

## Referências

- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 12<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Editora Ática. 2006.
- \_\_\_\_\_. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lucerna, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*. 2<sup>a</sup>. Edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lucerna. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Lições de Português pela Análise Sintática*. 19<sup>a</sup>. Edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Moderna Gramática Portuguesa*. 38<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lucerna. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Novo Dicionário de Dúvidas da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lucerna, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Gramática Fácil da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lucerna. 2017.
- HALLIDAY, M.A.K. *Explorations in the functions of language*. London: Arnold. 1973.
- PRETI, Dino. *Nas “entrelinhas” da gramática*. In BASTOS Neusa Barbosa et alli. *Homenagem a Evanildo Bechara - 80 anos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira-Lucerna, 2008

Nota do editor: articulista convidado.